

MAGSUL



FACULDADES MAGSUL

CAROLINA DOS SANTOS ARAUJO

EDUCAÇÃO LÚDICA: HIPÓTESE, JOGOS E BRINCADEIRAS

**QUAL A SUA RELEVÂNCIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

PONTA PORÃ-MS
2015

CAROLINA DOS SANTOS ARAUJO

EDUCAÇÃO LÚDICA: HIPÓTESE, JOGOS E BRINCADEIRAS
QUAL A SUA RELEVÂNCIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado às Faculdades Magsul Ponta
Porã, como parte dos requisitos para obtenção
do título de licenciada em Pedagogia.

Orientação: Lílian Garcia Mesquita Fiuza.

PONTA PORÃ-MS
2015

CAROLINA DOS SANTOS ARAUJO

EDUCAÇÃO LÚDICA: HIPÓTESE, JOGOS E BRINCADEIRAS

QUAL A SUA RELEVÂNCIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado às Faculdades Magsul Ponta
Porã, como parte dos requisitos para obtenção
do título de licenciada em Pedagogia.

Orientação: Lílian Garcia Mesquita Fiuza.

Data de aprovação: 19 / 08 / 2015

Local: Faculdades Magsul (FAMAG)

Banca Examinadora:

Orientador(a): Professora Especialista Lílian Garcia Mesquita Fiuza
Faculdades Magsul

Membro: Professor Ma. Roseli Áurea Soares Sanches
Faculdades Magsul

Dedico esta pesquisa ao meu filho, meu esposo, aos meus pais e aos meus irmãos, pessoas que sempre me apoiaram nesta difícil jornada. Na qual muitas vezes me deparei com momentos difíceis, e foram eles que, sempre ao meu lado, deram apoio e forças para que eu chegasse ao final.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Senhor DEUS nosso Pai amado pelo dom da vida, pois desde o principio do mundo o Senhor já havia criado e sonhado com o meu futuro, das colegas e professores. O qual que sempre nas horas de angústias em que tudo parecia não dar certo era ele o meu consolo.

Agradeço ao meu filho por desde tão pequenininho entender a minha ausência em todas as noites em que o deixava com minha mãe para poder estudar e ter um ensino superior.

Agradeço a minha mãe por sempre cuidar muito bem do meu filho desde que ele tinha apenas três meses de vida, quando comecei a estudar.

Ao meu pai, que sucessivamente esteve por próximo para ajudar-me em todos os momentos, ao meu irmão com quem muitas vezes briguei sem motivos, mas no final sempre me socorria no que fosse preciso e a minha irmãzinha que sempre fez companhia para o meu filho.

Ao meu esposo que sempre esteve ao meu lado, dando-me apoio e incentivando-me nos meus estudos, nos momentos em que ele também perdeu suas aulas da faculdade para ficar em casa com o nosso filho, quando ele estava doente precisando de nós.

A minha tia e minha avó que sempre me socorriam em todos os momentos em que precisei.

Agradeço minhas a amigas de classe que me ajudaram nos momentos difíceis, que sempre me faziam rir nos momentos em que tinha vontade de chorar.

Agradeço a todos os meus professores do Curso de Pedagogia por terem me preparado durante esses quatro anos para a obtenção desse título.

Agradeço, em especial, a minha orientadora professora Lilian Garcia Mesquita Fiúza, que me ajudou muito nesta pesquisa.

RESUMO

Os jogos, as brincadeiras e os brinquedos foram escolhidos como objeto de estudo desta pesquisa por estarem presentes no ideário infantil, permeando o crescimento e a aprendizagem da criança. Assim, o título: Educação lúdica: Hipóteses, jogos e brincadeiras, complementado pelo subtítulo que também vem a ser a pergunta norteadora da pesquisa: Qual a sua relevância na aprendizagem dos alunos da Educação Infantil tem por objetivo destacar a importância do brincar como prática pedagógica nas instituições de Educação Infantil. A proposta lúdica viabiliza a comunicação, a criação, a produção e o aprendizado infantil. Justifica-se a importância desta pesquisa porque se acredita que valorizar os jogos e as brincadeiras é valorizar a cultura e os valores culturais que contribuem muito para a formação dos seres humanos e que proporcionam muita alegria para as crianças, além de contribuir significativamente no desenvolvimento infantil. Para atingir o objetivo proposto para esta pesquisa realizou-se uma pesquisa bibliográfica, destacando-se pontos de vista de diversos autores a respeito do tema e, posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo, procurando identificar o papel que a brincadeira e os jogos ocupam dentro do contexto educacional, com observações das crianças nos momentos de brincadeiras e entrevistas a 3 (cinco) professores. Verificou-se pelo estudo bibliográfico e também pelas observações e entrevistas realizadas com os professores que mesmo sem intenção de aprender, quem brinca aprende, até porque se aprende a brincar. Como construção social, a brincadeira é atravessada pela aprendizagem. Portanto, ao escolher e propor jogos, brinquedos e brincadeiras, o professor coloca o seu desejo, suas convicções e suas hipóteses acerca da infância e do brincar.

Palavras chaves: Brincar. Educação Infantil. Crianças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 O LÚDICO, PARA QUÊ VEIO?	09
1.1 O brincar no contexto histórico.....	09
1.2 O lúdico na ótica dos teóricos.....	10
1.3 A relevância do lúdico no desenvolvimento da criança.....	17
1.4 O lúdico na Educação Infantil.....	19
1.5 O papel do educador nas atividades lúdicas.....	22
2 NA ESCOLA INFANTIL TODO MUNDO BRINCA SE VOCÊ BRINCA	26
2.1 Jogos e brincadeiras.....	28
2.2 Aprendizagem.....	31
2.3 Educação Infantil.....	32
3. CAMINHO, ANÁLISE QUALITATIVA E DISCUSSÃO DOS DADOS	42
3.1 Metodologia.....	42
3.2 Análise e discussão dos dados.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é destacar a importância do brincar como prática pedagógica nas instituições de Educação Infantil. Este tema foi escolhido porque se acredita que ao se propor jogos e brincadeiras incentiva-se a criança a comunicar-se, a criar, a produzir e a ver que há um mundo de aprendizados possíveis. O brincar, além do prazer, favorece o desenvolvimento integral da criança, controlando a agressividade, experimentando sentimentos diferentes, estimulando a curiosidade e a competição. Enfim, contribui para o desenvolvimento da criança como ser social, inteligente e livre em um ambiente que propicie experiências prazerosas, considerando-se ainda que para a criança não há momentos mais prazerosos do que os momentos de brincar.

Justifica-se a importância desta pesquisa porque se acredita que valorizar os jogos e as brincadeiras é valorizar a cultura que contribui muito para a formação dos seres humanos e que proporciona muita alegria para as crianças, além de contribuir significativamente no desenvolvimento infantil.

Para atingir o objetivo proposto para este trabalho foi traçado o seguinte roteiro: primeiro realizou-se uma pesquisa bibliográfica, destacando-se pontos de vista de diversos autores a respeito do tema; segundo realizou-se uma pesquisa de campo procurando identificar o papel que a brincadeira e os jogos ocupam dentro do contexto educacional, com observações dos alunos nos momentos de brincadeiras e entrevistas a professores. Para melhor compreensão, o trabalho foi dividido em capítulos, sendo apresentado da seguinte forma:

Na primeira seção – O lúdico, para quê veio? – discorre-se sobre a proposta lúdica como uma das mais eficazes formas de ensino, de transmissão de valores culturais.

Na segunda seção – Na escola infantil todo mundo brinca se você brinca – destaca que na escola infantil todo mundo brinca se você brinca é importante que não se perca de vista o histórico da ludicidade, verificando-se os benefícios que os jogos e brincadeiras proporcionam ao desenvolvimento infantil e a adequação dessas atividades lúdicas a cada faixa etária e como o jogo e a brincadeira foram sendo valorizados ao longo do tempo.

Na terceira seção – Caminho, análise qualitativa e discussão dos dados – apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização da

pesquisa, bem como, os resultados da pesquisa de campo realizada, em que se analisa a observação em um Centro de Educação Infantil nos momentos de brincadeiras e a opinião dos professores que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos em uma instituição de Educação Infantil.

Por fim, tecem-se as considerações finais, ponderando as conclusões a que se chega ao final de uma pesquisa que aborda um tema prático à luz de teorias.

1. O LÚDICO, PARA QUÊ VEIO?

A proposta lúdica é uma das mais eficazes formas de ensino, de transmissão de valores culturais, porém a maior divergência relaciona-se quanto ao emprego de atividades lúdicas na Educação, pois depende dos objetivos que o professor pretende atingir, utilizando essa proposta.

1.1 O brincar no contexto histórico

A relação do brincar no contexto educativo assume contornos diferenciados em cada tempo, sociedade e cultura, conforme a concepção que se tem de criança e de infância, de brinquedos e de educação.

Para o surgimento dos brinquedos, Ariés (1981, p.16) tenta expor algumas explicações por meio de imagens. De acordo com o autor, alguns deles nasceram do espírito de imitação das crianças, através do qual elas imitavam as ações dos adultos à sua maneira tecendo seu aprendizado. O cavalo de pau é um dos exemplos citados por Ariés numa época em que o cavalo era o principal meio de transporte e de tração, na Idade Antiga; outra imagem é de criança brincando com cata-vento, inspirados nos moinhos de vento, na Idade Média.

O balanço é outro brinquedo frequentemente retratado nas artes do século XVIII, fazia parte da festa da juventude, interpretada como rito da fecundidade, prevista no calendário. Conforme Ariés (1981, p. 89), “a boneca e os demais brinquedos miniaturas levam-nos à hipótese semelhante”.

No contexto artístico, os historiadores de brinquedos e os colecionadores de bonecas e de brinquedos apresentam dificuldade em distinguir a boneca, brinquedo de criança, de todas as outras imagens e estatuetas, porque na Antiguidade, as réplicas de culto doméstico ou funerário tinham significação religiosa e foram frequentemente encontradas em túmulos.

Os chocalhos, um dos primeiros brinquedos presenteados aos bebês, foi inicialmente um objeto de adoração indígena considerado um instrumento de defesa contra maus espíritos, razão pela qual pode ter sido oferecido ao recém-nascido. Muitos dos mais antigos brinquedos (a bola, o papagaio, o arco, a roda de pernas) foram impostos às crianças, de certa forma, como objetos de culto e, somente mais

tarde, devido à força da imaginação das crianças, transformados em brinquedos (BENJAMIN, 1984).

Em termos gerais, parece que os brinquedos surgem por toda parte, com determinado significado atribuído pelas gerações passadas. Desse modo, a Educação Infantil deve levar em consideração o espírito alegre da criança, o seu jeito de ser, em que o aprendizado, como tudo, significa pela sua própria natureza uma aventura e o trabalho com o lúdico vem de encontro com essa proposta.

1.2 O lúdico na ótica dos teóricos

O brincar tem sido objeto de investigação de vários teóricos como Pestalozzi (1746-1827), Fröebel (1782-1852), Montessori (1870-1952), Piaget (1896-1980), Vygotsky (1896-1934) e Wallon (1879-1962), que frisaram a importância do lúdico na educação de crianças. Portanto, a seguir faremos um resgate das contribuições desses teóricos para o brincar na educação Infantil.

Entende-se que na prática pedagógica o brinquedo e a brincadeira são fundamentais no contexto educativo da Educação Infantil. Com a brincadeira, a criança elabora sentidos para o mundo, para as coisas e para as relações.

O educador suíço, Johann Heinrich Pestalozzi, nasceu em 12 de janeiro de 1746, na cidade de Zurique – na Suíça. Após a morte do pai, sua criação e de seus irmãos ficou a cargo de sua mãe e da governanta da família; nesse período enfrentaram muitas dificuldades econômicas. Em seu período de estudos, conheceu as obras de Rousseau que o entusiasmou tanto a ponto de abandonar o Direito e a Teologia para se dedicar à educação de crianças pequenas. Após seu casamento e nascimento de seu único filho, estabeleceu-se em Neuhof, onde criou um instituto para pobres que tinha como proposta a união da educação com o trabalho; posteriormente dirigiu o asilo de Stanz, que atendia a crianças órfãs e abandonadas. Já no Instituto Yverdon foi que suas ideias como educador tiveram impulso, nesse instituto eram atendidas crianças de toda a Europa nele se formavam professores. O educador faleceu na cidade de Brugg, em 17 de fevereiro de 1827. (ALMEIDA, 2006, p. 34)

Considerado o defensor da escola pública, Pestalozzi (1997 *apud* Almeida, 2006, p. 39), “tinha como pressuposto básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva”, acreditava que o

desenvolvimento era orgânico e que a criança aprendia de dentro para fora, e não pela transmissão de ideias. Sendo assim, a educação acontece por meio de ações e experiências concretas, comparando o professor a um jardineiro que deveria possibilitar condições favoráveis para a planta crescer. Nessa linha, o professor da Educação Infantil ao estimular o desenvolvimento das crianças através de atividades lúdicas estará criando as condições necessárias ao crescimento delas.

Na Alemanha surge Fröebel, o qual cria os jardins de infância, baseando-se nas ideias de Pestalozzi. Friedrich Fröebel nasceu em Oberweissbach, na Turíngia, em 21 de abril de 1782. Perdeu sua mãe muito cedo e ficou aos cuidados do pai que por sua vez o deixou sob a guarda da madrasta. Aos dez anos foi entregue aos cuidados de um tio e aos quinze iniciou um trabalho de aprendiz de guarda-florestal e, em seguida, entrou para a Universidade de Jena. Apesar de sua admiração por Pestalozzi e Rousseau, Fröebel criou seu sistema próprio para a Educação da criança. Assim, em 1816, fundou seu primeiro instituto para educação de crianças, na cidade de Griesheim, transferindo-a posteriormente para Keilhau, na Turíngia. Suas ideias sobre educação pautavam-se na atividade livre e no jogo como elementos essenciais para a educação da criança. Mas, foi em Blankenburg que fundou seu primeiro jardim de infância (Kindergarten), morreu aos setenta anos, no ano de 1852, na cidade de Marienthal. (ALMEIDA, 2006, 45)

Uma grande contribuição para esta pesquisa é a afirmação de Fröebel *apud* Ferrari (2008, p. 02) que as brincadeiras são os primeiros recursos no caminho da aprendizagem, não sendo apenas diversão, mas um momento de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. Aqui já se percebe a importância dada às atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil.

Fröebel concebe o brincar como atividade livre e espontânea, responsável pelo desenvolvimento físico, moral, cognitivo, e os dons ou brinquedos como objetos que subsidiam as atividades infantis. Entende, também, que a criança necessita de orientação para seu desenvolvimento, os programas froebelianos permitem a inclusão de atividades orientadas e livres por meio do uso de brinquedos e brincadeiras (SANTOS, 2013, p. 27).

Desse modo, vale destacar que Fröebel foi o primeiro educador a considerar a importância do brinquedo e da atividade lúdica na educação das crianças, ao observar que a criança se valia de símbolos para brincar, além de ressaltar também a importância das atividades motoras e ritmos para o desenvolvimento da criança,

defendia um ensino sem obrigações porque o aprendizado depende dos interesses de cada um e se faz por meio da prática, o que acontece nas aulas bem elaboradas e estruturadas.

A médica e educadora italiana, Maria Montessori, nasceu em Chiaravalle, perto de Ancona, a 31 de agosto de 1870. Dedicou-se, inicialmente, às crianças deficientes, depois às crianças “normais”. A primeira “*Casa dei Bambini*” (Casa das crianças), foi fundada pela médica, em 1907, em sua concepção, as casas não eram somente um lugar para instrução, mas, antes de tudo, de educação e de vida, levando em conta todas as manifestações da vida prática, com assistência recíproca das crianças, com influência da natureza. Em sua teoria, considerava a educação como autoeducação, como um processo espontâneo, no que se deveria proporcionar à criança um ambiente livre de obstáculos não naturais, enriquecido com materiais adequados. Faleceu em Noordwijk, Holanda, em 6 de maio de 1952. (ALMEIDA, 2006, p. 48)

A filosofia e os métodos elaborados por Maria Montessori, segundo Ferrari (2008, p. 03), procuram desenvolver o potencial criativo desde a primeira infância, quando a educação é uma conquista da criança, pois esta já nasceu com a capacidade de ensinar a si mesma, associando-se este conceito ao princípio de aprender a ser, que ela considerava inerente a todos os seres humanos.

A proposta da Pedagogia Montessoriana vincula a liberdade ao desenvolvimento, sendo entendida como envolvimento no trabalho realizado. Aponta, com destaque, o ambiente, partindo do princípio de que, se estruturado de acordo com os interesses e capacidades das crianças, favorece o desenvolvimento infantil. Montessori (1965, *apud* Almeida, 2006, p. 52) afirma que “é necessário que a instituição educativa permita o livre desenvolvimento da atividade da criança para que a pedagogia possa surgir: essa é a forma essencial”.

Em 9 de agosto de 1896, nascia em Neuchâtel - Suíça, Jean Piaget. Formou-se em Biologia na Universidade de Neuchâtel. Mas, foi em Zurique, onde estudou nos laboratórios de psicologia de G. F. Lipps e estagiou na clínica psiquiátrica de E. Bleuler que despertou seu interesse pelo estudo do raciocínio da criança sob a ótica da Psicologia Experimental. Assumiu a direção do Instituto Jean Jacques Rousseau, de Genebra, em 1923 a convite de Claparède, dando início a um projeto de estudo sistemático da inteligência. Para Piaget, o papel da ação é imprescindível, uma vez

que a característica essencial do pensamento lógico é ser operatório, ou seja, prolongar a ação, interiorizando-a. (ALMEIDA, 2006)

Publicou mais de 50 livros, entre eles, *A Linguagem e o Pensamento na Criança*, sua primeira obra, publicada em 1924. Ocupou cargos importantes nas principais universidades suíças, assim como a direção do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Foi nesse período que acompanhou a infância dos três filhos, uma das grandes fontes do trabalho de observação do que chamou de "ajustamento progressivo do saber". Morreu em 1980, em Genebra, Suíça. (FERRARI, 2008, p. 05)

Segundo Piaget (1975), a criança aprende a partir de um construir e reconstruir de suas hipóteses sobre a realidade que a cerca, em um constante processo de equilíbrios e desequilíbrios. Ou seja, os obstáculos que a criança encontra lhe proporcionam a evolução do seu pensamento. Ela se desequilibra quando alguém ou algo se apresenta como desafio que se confronta com a certeza que ela já possui, gerando um conflito.

Nesse sentido, Piaget (1978), focalizando tanto a assimilação quanto a acomodação como mecanismo básico na construção da inteligência, desenvolveu uma teoria sobre o jogo, considerando-o como meio de estimulação desses mecanismos para a construção do desenvolvimento cognitivo.

Se o ato de inteligência culmina num equilíbrio entre assimilação e acomodação enquanto a imitação prolonga a última por si mesma poder-se-á dizer inversamente, que o jogo é essencialmente assimilação predominando sobre a acomodação (PIAGET, 1978, p. 115).

O autor explica que a criança ao internalizar os desafios que encontrar, vai assim ampliando os seus esquemas. No momento em que ela brinca, ela assimila, acomoda e se adapta a novas situações. Na concepção de Piaget a brincadeira é sempre um jogo, ou seja, a brincadeira é uma assimilação quase pura do real. A criança sente constantemente necessidade de adaptar-se ao mundo social dos adultos, cujos interesses e regras ainda lhe são estranhos com uma finalidade de objetos, acontecimentos e relações que ela ainda não compreende. De acordo com Piaget, a criança não consegue satisfazer todas as suas necessidades afetivas e intelectuais nesse processo de adaptação ao mundo adulto.

Na teoria Piagetiana, encontra-se uma classificação de jogos e brincadeiras baseadas na evolução das estruturas mentais, caracterizadas por três formas

básicas de atividades lúdicas de acordo com a etapa do desenvolvimento: os jogos de exercícios, os jogos simbólicos e os jogos de regras.

Para Piaget (1975), o jogo simbólico reforçará, pois, pela assimilação representativa de toda a realidade ao eu. O “esquema simbólico” realiza a transição, constituindo ainda um simples exercício que, por outro lado, já é simbólico. Os jogos simbólicos compreendem uma atividade fantasiosa acompanhada de uma ação corporal, ou seja, para viver sua fantasia as crianças levam em conta a realidade. A criança que brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso de seus recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar. As funções dos jogos simbólicos (compensação, realização de desejos, liquidação de conflitos) somam-se ao prazer de se sujeitar à realidade. Do jogo simbólico, a criança pode herdar, numa perspectiva cognitiva, a possibilidade de experimentar papéis, representar, dramatizar, recriar situações, o que futuramente poderá ser útil, por exemplo, no seu trabalho.

Os jogos de construção constituem a transição entre o exercício, o símbolo e a regra. O jogo de construção é uma estrutura que tem por característica possibilitar a reconstrução do real, seja um objeto, uma cena visível ou um acontecimento. Esse jogo remete à vida social, à vida de trabalho, à vida adaptativa. Seu contexto de folga consiste em permitir à criança a livre construção, para que possa dispor-se às exigências da vida adaptativa, dessa entrega ao real que faz parte do ser social. Do jogo de construção, a criança herda a imaginação criativa, a vivência antecipada do real, por meio do desenho, do faz-de-conta, do ser grande. À medida que crescem, as condições de pensamento das crianças se desenvolvem e intensifica-se também o seu processo de socialização e os jogos de faz-de-conta abrem espaço para os jogos de regras, definidos por Piaget como:

Jogos de combinações sensório-motores (corridas, jogos de bola de gude ou com bolas etc.) ou intelectuais (cartas, xadrez etc.), com competições dos indivíduos (que sem a regra seria inútil) e regulamentados quer por um código transmitido de gerações em gerações ou por acordos momentâneos (1975, p. 184-185).

Os jogos de regras podem ser os próprios jogos populares da cultura infantil ou quaisquer outros criados pelos professores. A diferença entre os jogos de regras e os demais é que, ao aplicá-los, os professores devem inicialmente utilizar o menor

número possível de regras. A cada conflito entre os alunos, causado pela falta de regras, o professor deve interromper a aula e, em pouco tempo, ajudá-los a estabelecer uma regra. No jogo de regra, a criança é colocada em contato com limites, restrições, possibilidades, enfim, com uma vida regularizada e harmônica.

Lev Semenovitch Vygotsky nasceu em 5 de novembro de 1896 em Orsh, na antiga União Soviética. Sua família organizou uma excelente biblioteca pública muito utilizada pelos seus filhos, oportunizando uma formação sólida a Vygotsky. O autor começou sua carreira aos 21 anos, escreveu críticas literárias, lecionou e ministrou palestras sobre temas ligados à literatura, ciência e psicologia em várias instituições. Morreu em 1934 em consequência de tuberculose (ALMEIDA, 2006, p. 56).

Vygotsky (1988), como outros teóricos, analisa a emergência e o desenvolvimento das brincadeiras nas relações sociais da criança com o mundo adulto. Nessa perspectiva, tanto pela criação de uma situação imaginária, como pela definição de regras específicas o brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança. No brincar, a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto e significado. Assim, ao se construir brincadeiras com as crianças é possível desenvolver essa zona de desenvolvimento proximal. A brincadeira também propicia à criança a interação e o confronto de diferentes crianças com diferentes pontos de vista; ou seja, contribui para a convivência em sociedade.

Vygotsky acredita que sempre que se produza uma situação imaginária, haverá regras, não aquele tipo de regras que se formula anteriormente e que vão mudando segundo o desenvolvimento do jogo, mas regras que se depreendem da mesma situação imaginária. Diz que está convencido de que não existe jogo sem regras, posto que a própria situação imaginária contém em si certas regras de conduta. Discute que se toda situação imaginária tem regras de conduta, todo tipo de jogo com regras contém uma situação imaginária, isto é, a recíproca parece ser verdadeira (SANTOS, 2013, p. 47).

Segundo a teoria sócio-interacionista, da mesma forma que uma situação imaginária tem que conter regras de comportamento, todo jogo com regras contém uma situação imaginária. O jogo de xadrez, por exemplo, baseia-se em uma situação imaginária. O cavalo, o rei, a rainha e outras peças só podem ser movidos de maneiras específicas, determinadas por uma situação imaginária.

Assim, para Vygotsky (1988), a brincadeira é a atividade em conexão com a qual ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da

criança e dentro do qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento. Logo a atividade de brincar é essencial para o desenvolvimento da criança.

Nascido em Paris, França, em 1879, Henri Wallon graduou-se em Medicina, Psicologia e Filosofia. Atuou como médico na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em 1925, criou um laboratório de Psicologia Biológica da criança. Quatro anos mais tarde, tornou-se professor da Universidade Sorbonne e vice-presidente do Grupo Francês de Educação Nova - instituição que ajudou a revolucionar o sistema de ensino daquele país e da qual foi presidente de 1946 até morrer, também em Paris, em 1962 (ALMEIDA, 2006, p. 58).

De acordo com Ferrari (2008), Wallon dedicou boa parte de seus estudos ao conhecimento da infância e aos caminhos da inteligência nas crianças. No cenário educacional, propôs mudanças estruturais no sistema educacional francês, coordenando o projeto Reforma do Ensino, conhecido como Langevin-Wallon, no qual consta que nenhum aluno deve ser reprovado numa avaliação escolar. Em 1948, lançou a revista *Enfance*, que serviria de plataforma de novas ideias no mundo da educação.

Na perspectiva de Wallon, o desenvolvimento infantil passa por fases de acordo com a idade, assim...

Primeiro ano de vida: inteligência prática – a criança estabelece relações emocionais com o meio ambiente e, nessa fase de constituição do sujeito, o aspecto cognitivo está latente, não se diferencia da atividade afetiva.

Segundo ano de vida: função simbólica – alimenta-se no contato com o grupo em que está inserido. Surgem no seu final a fala e as ações representativas, estabelecendo novos vínculos com a realidade, de modo que a inteligência se desprende da percepção imediata.

Quinto ano de vida: visão sincrética – resultante da consolidação da função simbólica e da linguagem, surge o pensamento discursivo, que mantém com a linguagem uma relação de reciprocidade, manifestada em diálogos a partir dessa idade (WALLON, 1989 *apud* ALMEIDA, 2006).

Para Wallon (1989, *apud* Almeida, 2006, p. 59), o fator mais importante para a formação da personalidade não é o meio físico, mas sim, o social. O autor chama a atenção para o aspecto emocional, afetivo e sensível do ser humano e elege a afetividade, intimamente fundida com a motricidade, como desencadeadora da ação e do desenvolvimento da ação e do desenvolvimento psicológico da criança.

Wallon (1989, *apud* Almeida, 2006, p. 60) enfoca a motricidade no desenvolvimento da criança, ressaltando o papel que as aquisições motoras desempenham progressivamente para o desenvolvimento individual. Segundo ele, “é pelo corpo e pela sua projeção motora que a criança estabelece a primeira comunicação com o meio”. É a incessante ligação da motricidade com as emoções, que prepara a gênese das representações que, simultaneamente, precede a construção da ação, à medida que significa um investimento, em relação ao mundo exterior.

Ao classificar os jogos infantis, Wallon (1989 *apud* Almeida, 2006) apresenta os jogos funcionais que se caracterizam por movimentos simples de exploração do corpo através dos sentidos. A criança descobre o prazer de executar as funções que a evolução da motricidade lhe possibilita e sente necessidade de pôr em ação as novas aquisições, tais como: os sons, quando ela grita, a exploração dos objetos, o movimento do seu corpo. Quando a criança percebe os efeitos agradáveis e interessantes obtidos nas suas ações gestuais, sua tendência é procurar o prazer repetindo suas ações, que o professor da Educação Infantil pode aproveitar para propor as atividades com brincadeiras em suas aulas.

Sendo a brincadeira resultado de aprendizagem, e dependendo de uma ação educacional voltada para o sujeito social criança, deve-se acreditar que adotar jogos e brincadeiras como metodologia curricular, possibilita a criança base para subjetividade e compreensão da realidade concreta.

O brincar e o jogar favorecem o desenvolvimento social e ao trabalhar com os jogos o professor viabiliza a interação de interesses pessoais numa dinâmica coletiva. Entretanto, deve-se discutir com os alunos o sentido das regras presentes nos jogos quando houver desentendimentos, é importante lembrá-los de como as regras foram estabelecidas e quais suas funções.

Os alunos como todo ser humano apresentam variações em suas habilidades e é fundamental que o professor procure trabalhar de forma que todos respeitem as limitações e habilidades de cada um, evitando-se que ocorram discriminações. Sendo assim, cabe ao professor oportunizar aos seus alunos a participação em atividades variadas em que diferentes competências sejam exercidas e as diferenças individuais sejam valorizadas e respeitadas.

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento infantil, pois é durante a atividade lúdica que a criança aprende a agir em uma esfera cognitiva, e

isso depende das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos. O brinquedo, no entanto, difere do trabalho e de outras formas de atividade, porque cria uma situação imaginária, assim, se todo brinquedo é a realização de tendências que não podem ser imediatamente satisfeitas, os elementos da situação imaginária são parte da situação emocional do próprio brincar.

1.3 A relevância do lúdico no desenvolvimento da criança

Entende-se que na prática pedagógica o brinquedo e a brincadeira são fundamentais para o desenvolvimento infantil. Com a brincadeira a criança elabora sentidos para o mundo, para as coisas e para as relações.

De acordo com Maluf (2014) é possível verificar o que a criança faz e como organiza o seu fazer durante uma atividade lúdica e nesse contexto ela adquire novos conhecimentos desenvolvendo habilidades de forma natural e agradável, despertando seu interesse em aprender e garantindo o prazer.

Como se observou no tópico anterior, muitas são as abordagens sobre a importância do lúdico como meio que favorece a criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, capaz de estimular na criança a curiosidade, a observação, a intuição e a atividade favorecendo o seu desenvolvimento pela experiência.

Quando se refere ao lúdico, inúmeros são os termos utilizados. Independentemente do termo utilizado a ludicidade traz benefícios, pois possibilita o desenvolvimento e a excitação mental, desenvolve a memória, atenção, observação, raciocínio, criatividade e favorece a desinibição. De forma natural, o lúdico reforça o prazer de jogar, anima, estimula e dá confiança à criança, aprendendo a definir valores, formar juízos e fazer escolhas. A linguagem torna-se mais rica através da aquisição de novas formas de expressão.

Quando se fala em experiência extraclasse, destaca-se quase de imediato o mundo da brincadeira ou da fantasia, onde o lúdico se manifesta no comportamento infantil e as crianças carregam como bagagem ao entrar para a escola.

O brincar pode contribuir para um processo criativo questionador da realidade, porém não deixa de considerar outros fatores que colaboram para a negação da lógica dominante.

A brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre os pares em uma situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos (WAJSKOP, 2005, p. 35).

Sendo assim, o trabalho dentro da proposta lúdica favorece a criatividade e possibilita a criança uma visão mais crítica da realidade. Quando o lúdico é valorizado gera novos valores, possibilidade de transformações, aventura, exploração e averiguação, ou seja, o brincar desenvolve a iniciativa, a imaginação, o intelecto, a curiosidade e o interesse, a coordenação motora, o senso de responsabilidade individual e coletiva, a cooperação, a capacidade de lidar com limites, a memória, a atenção e a concentração.

A importância do jogo na educação tem oscilado ao longo dos tempos. Principalmente nos momentos de crítica e reformulação da educação, são lembrados como alternativas interessantes para a solução dos problemas da prática pedagógica. Tais oscilações dependem, basicamente, de reestruturações políticas e econômicas de cada país. Geralmente, em períodos de contestação, de inquietações políticas e crises econômicas, aumentam as pesquisas e os estudos em torno dos jogos (KISHIMOTO, 2005, p. 40).

Portanto, a proposta lúdica satisfaz uma necessidade da criança e não deve ser vista apenas como diversão. Assim, a importância do brincar “pode representar um imenso passo para o processo de desenvolvimento da aprendizagem, estimulando a criança ao aprendizado de maneira libertadora e autônoma” (KISHIMOTO, 2005, p. 42).

A brincadeira e o brinquedo como instrumento educativo devem ter garantido o seu espaço educativo, especialmente porque o mundo infantil é marcado pela constante presença dos mesmos como meio facilitador do processo de internalização de normas e valores culturalmente legitimados no meio em que a criança se insere.

1.4 O lúdico na Educação Infantil

Uma prática educativa calcada na atividade do brincar traz mudanças significativas para o processo de ensino-aprendizagem, pois leva a transformação do espaço escolar em um espaço integrador, dinâmico, onde não se prioriza apenas

o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas a dimensão plena do indivíduo, envolvendo as mais variadas áreas de estimulação.

Admite-se que o brinquedo represente certas realidades. Uma representação é algo presente no lugar de algo. Representar é corresponder a alguma coisa e permitir sua evocação, mesmo em sua ausência. O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que, um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los (KISHIMOTO, 2005, p. 18).

Assim, considerando a Educação Infantil enquanto primeira etapa para a Educação Básica é extrema importância a reflexão sobre o papel da brincadeira no desenvolvimento da criança. Para o estudioso suíço Jean Piaget existe uma estreita ligação entre a atividade motora e a atividade cognitiva ao longo de todos os períodos evolutivos.

A Educação Infantil deve contribuir para o desenvolvimento de valores sociais e éticos ajudando a formação do caráter da criança. Brincar não é estudar, nem trabalhar, mas pela da proposta lúdica que a criança aprende, sobretudo a conhecer o mundo que a cerca. O jogo na infância terá um papel singular, permitindo um harmonioso crescimento do corpo, da inteligência, da afetividade, da criatividade, da socialização, sendo a fonte mais importante de progresso e atividade.

Na Educação Infantil o brincar deve ser visto como uma necessidade básica e um direito, uma vez que é identificado como expressão infantil privilegiada, que não dá acesso ao mundo da criança e possibilita o entendimento de suas estratégias afetivas, cognitivas e sociais. Assim como pode funcionar com o um catalisador das mais diversas aprendizagens.

Acredita-se que por meio do brincar a criança começa a relacionar-se com outras, começa a trabalhar com regras, com situações em grupos. Assim, o professor da Educação Infantil pode estar desenvolvendo seus conteúdos, utilizando-se da situação da brincadeira para atingir seus objetivos e promover o desenvolvimento integral da criança que se encontra no espaço educativo da instituição de educação infantil.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os jogos e as brincadeiras propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm de imitação de alguém ou de algo conhecido de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas encontram-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que as crianças estabelecem os diferentes vínculos entre características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disso e generalizando para outras situações (BRASIL, 1998, vol. 1, p. 27).

Sendo assim, quando o professor utiliza recursos diversificados, para que o espaço da sala de aula seja aconchegante, divertido e descontraído, propicia ao aprendizado uma dimensão lúdica e cria um vínculo de aproximação e união entre professores e alunos. A participação do professor nas brincadeiras eleva o nível de interesse e faz com que o aluno sintam-se prestigiado e desafiado, descobrindo e vivenciando experiências tornando a brincadeira um recurso estimulante e rico em aprendizado.

Segundo, Kishimoto (2005), o brinquedo é entendido como objeto, suporte da brincadeira, supõe relação íntima com a criança e seu nível de desenvolvimento, e indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organize sua utilização. Uma boneca permite à criança desde a manipulação, reconhecimento de partes do corpo até as brincadeiras simbólicas, como mamãe e filhinha. O brinquedo propõe um mundo imaginário à criança e representa a visão que o adulto tem da criança.

O brinquedo possibilita o desenvolvimento integral da criança, no qual ela se envolve afetivamente, convive socialmente e opera mentalmente, de uma maneira envolvente. Numa maneira cada vez maior, o brinquedo e o jogo são valorizados no desenvolvimento infantil e na Educação Infantil.

Atividades lúdicas estão presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, vol. 1, p. 19), como práticas favoráveis ao processo de aprendizagem do aluno segundo as realidades que vivem, devendo-se contextualizá-las ao cotidiano dos alunos.

Se a instituição de Educação Infantil puder proporcionar à criança pequena um espaço com muitas atividades lúdicas, estará proporcionando melhores condições para que ela seja apta a, em diferentes circunstâncias, aprender por si mesma, conhecendo suas capacidades e limitações (MALUF, 2014, p. 24).

Nessa perspectiva, a utilização do lúdico como alternativa de ensino deve ser concebido como processo dinâmico e continuado na Educação Infantil, não podendo ser apresentado como uma atividade pronta e acabada, mas sim ser discutido conforme se apresenta a realidade da criança. Práticas lúdicas representam um imenso passo para o processo de desenvolvimento da aprendizagem de maneira libertadora e autônoma.

Ao adotar uma postura lúdica, o professor proporciona o aprendizado em um ambiente saudável e construtivo onde os alunos poderão criar organizar e administrar seus jogos e brincadeiras.

1.5 O papel do educador nas atividades lúdicas

Acredita-se que a educação tem como objetivo não apenas o repasse de conteúdos, mas sim ajudar a criança a tomar consciência de si mesmo e dos outros. Para tanto é necessário que a escola lhe ofereça subsídios para que ela possa de forma consciente progredir e construir o seu próprio conhecimento.

Na Educação Infantil, o professor tem um papel essencial, sendo ele o mediador no processo ensino aprendizagem criando espaços, oferecendo materiais e participando das brincadeiras que propõe, ou seja, é ele que propicia situações para a construção do conhecimento, servindo-se do brincar.

Assim, é importante que o professor conheça as características das crianças da Educação Infantil, como condição fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelo mesmo e, conseqüentemente, para o processo de formação psíquica da criança, por se tratar de uma fase decisiva para construção motora, afetiva, cognitiva, moral e social.

Nesse sentido, entende-se que para um bom desempenho, o professor pode e deve planejar a sua ação pedagógica com vistas a proporcionar o encontro da criança com jogos, brinquedos, num ambiente colorido e alegre onde cada ação reflète uma nova descoberta uma nova aquisição.

A associação do jogo à aprendizagem traz consigo o problema do direcionamento da brincadeira em termos de intencionalidade e produtividade, pois, ao inserir o brincar em seu planejamento é necessário que o professor tenha em mente os objetivos e a consciência da importância de sua ação em relação ao desenvolvimento e aprendizagem infantil. “O brincar é uma necessidade inata do ser

humano e a atividade lúdica propicia o desenvolvimento pessoal, social e cultural da criança” (FRIEDMANN, 1996, p. 68).

Dessa forma, a ludicidade e a aprendizagem não podem ser consideradas como ações com objetivos distintos. Na perspectiva de Friedmann (1996), o jogo e a brincadeira são por si só uma situação de aprendizagem. As regras e a imaginação favorecem à criança comportamentos além dos habituais. Nos jogos ou brincadeiras, a criança age como se fosse maior do que a realidade, e isto, inegavelmente, contribui de forma intensa e especial para o desenvolvimento.

As brincadeiras com o corpo auxiliam as crianças a compreender conceitos como perto e longe, dentro e fora, em frente e atrás, em cima e embaixo, direita e esquerda, entre outros.

Dentre esses caminhos a serem buscados pelo professor da educação infantil, destaca-se o saber lúdico, uma vez que no brincar, o jogo permite à criança reviver situações que podem ser trabalhadas, orientadas e assim possibilitar o seu desenvolvimento global. De acordo com Wajskop (2005, p. 39), a brincadeira deve ser vista como um “princípio que contribui para o exercício da cidadania, ou seja, a criança deve ter o direito de brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil”.

A proposta lúdica favorece o desenvolvimento da inteligência e da sensibilidade infantil, que por meio de brincadeiras e brinquedos garante à criança a harmonia entre suas potencialidades e afetividade.

Nessa abordagem do processo educativo, a afetividade ganha destaque, pois se acredita que a interação afetiva ajuda mais a compreender e modificar as pessoas do que um raciocínio brilhante, repassado mecanicamente, e o professor precisa estar consciente disso.

As crianças dialogam entre si durante as brincadeiras e exteriorizam o que aprendem em seu meio sociocultural, muitas vezes demonstrando preconceitos, atitudes violentas com os colegas e outras coisas que são repetições do que vivem no lar ou na comunidade. O professor pode interagir com a criança para melhorar sua condição emocional e educá-la para ser um ser humano melhor, com mais qualidade de vida, com condições de conviver em sociedade (FRIEDMANN, 1996).

Promover situações de brincadeiras possibilita, também, às crianças, o encontro com seus pares, fazendo com que interajam socialmente, sendo no espaço escolar ou não. No grupo descobrem que não são os únicos sujeitos da ação, e que

para alcançar seus objetivos precisam levar em conta o fato de que outros também têm objetivos próprios que querem satisfazer. Os jogos infantis, na visão de Piaget (1975, p. 98), constituem-se “admiráveis instituições sociais” e através deles as crianças vão desenvolvendo a noção de autonomia e de reciprocidade, de ordem e de ritmo, tais como: as dramatizações, faz-de-conta, desenhos, montar painéis em equipe, entre outros.

Ao buscar atividades que incentive a criança, em suas tentativas, promovendo a sua participação, propondo situações que vislumbrem conquistas relativas à locomoção e fala, ao desenvolvimento de bons hábitos de higiene e alimentação saudável, ao manter contato físico com colegas e com alguns objetos palpáveis (objetos ásperos, lisos, etc.), utilizando gestos nas músicas, o professor estará contemplando o seu objeto de proporcionar e colaborar com o desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança, encorajando a criança a praticar ações que visem a sua independência (MELLO, 1989).

Na fase de zero a cinco anos, a criança encontra-se em pleno desenvolvimento, em seus aspectos físico, psíquico, cognitivo e social. É na Educação Infantil que a criança tem a oportunidade de, no ambiente escolar, manipular, experimentar, brincar, comunicar-se livremente construindo seu próprio conhecimento e iniciando suas atividades sociais.

O desenvolvimento de algumas habilidades desde a Educação Infantil é de suma importância para a vida futura da criança como as habilidades de raciocínio que favorecem o raciocínio competente, necessário em qualquer discurso, escrito ou falado, e na solução de diversos problemas que se possam enfrentar na vida cotidiana. As habilidades de investigação podem ser um caminho seguro no desenvolvimento do pensamento, por meio de observações, experiências, construção de hipóteses, elaboração de argumentos, entre outros (BRASIL, 1998, vol. 1, p. 17).

Ao desenvolver essas habilidades o professor estará oferecendo às crianças instrumentos necessários para que elas desenvolvam sua racionalidade. No entanto, não se devem trabalhar essas habilidades isoladamente. Todas essas habilidades são acionadas quando os indivíduos são convidados a utilizá-las para a solução de problemas cada vez mais complexos.

Permitir à criança espaço para brincar, proporcionando-lhe interações que vêm ao encontro do que ela é aliada às tentativas de compreendê-la, efetivamente,

nessas atividades, é dar-lhe mostras de respeito. Ao oportunizar à criança participar de brincadeiras no espaço educativo, professor estará oferecendo a ela a oportunidade de desenvolver-se nos seus aspectos cognitivo, físico e social. Assim, fica evidente a importância do brincar no âmbito escolar (BRASIL, 1988, vol. 1, p. 19).

Sendo assim, acredita-se que o trabalho na perspectiva lúdica oportuniza o resgate do potencial de cada um, tornando o processo ensino-aprendizagem mais produtivo, prazeroso e significativo.

2 NA ESCOLA INFANTIL TODO MUNDO BRINCA SE VOCÊ BRINCA

O período que a criança frequenta a escola infantil, em linhas gerais, corresponde a faixa etária que vai do nascimento aos cinco anos, aproximadamente. Nessa idade apresentam-se fundamentos essenciais do desenvolvimento da criança nos aspectos: físico, psíquico, cognitivo e social. Geralmente, quando a criança começa a interagir nesse novo ambiente, chamado escola, passa por uma transição construindo vínculos com outras pessoas que por sua vez tornam-se particularmente fundamentais para que a criança se sinta bem e segura para enfrentar todas as situações novas com que irá se deparar.

Assim, este período requer muita atenção devido à sua importância na formação da criança e que de certa forma influenciará todo o seu caráter. É através do ambiente em que a criança se encontra inserida que ela vai adquirir estruturas necessárias para seu conhecimento, portanto, é importante que ela se sinta apoiada a explorar o ambiente.

Diante disso, convém lembrar que ao destacar que na escola infantil todo mundo brinca se você brinca é importante que não se perca de vista o histórico da ludicidade, verificando-se os benefícios que os jogos e brincadeiras proporcionam ao desenvolvimento infantil e a adequação dessas atividades lúdicas a cada faixa etária e como o jogo e a brincadeira foram sendo valorizados ao longo do tempo.

Craidy e Kaercher (2001) afirmam que no seu tempo de criança era possível brincar em todos os lugares, inclusive na rua, na companhia de familiares, entretanto, nos dias atuais, a correria da vida contemporânea, já não permite que os adultos disponibilizem tempo para brincar com as crianças e até mesmo na escola, as crianças são encontradas em diversos momentos, prostradas em frente à televisão, ou seja, os adultos estão perdendo importantes chances de promover o desenvolvimento infantil através do brincar.

As autoras consideram importantíssima a utilização das brincadeiras como instrumento facilitador da aprendizagem, uma vez que o Brasil é um país com um folclore rico e que através das brincadeiras é possível levar a criança a conhecer e compreender a cultura, os valores, desejos, e necessidades de compreensão da realidade que a cerca. Assim, “educadoras/res de crianças pequenas, precisam reaprender a brincar” (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p.102).

O brincar pode ser visto como mediador no processo de ensino-aprendizagem, sendo que a adoção de uma postura lúdica (brincadeiras, poesias, histórias, músicas, jogos), associada a objetivos instrucionais serve para desenvolver comportamentos que propiciem a formação de estruturas cognitivas, psicomotoras e afetivas, capazes de dar suporte e embasamento aos conhecimentos formais, além de estimular habilidades para o aprendizado e criar espaço para a construção das atitudes necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Através do brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o outro. Ela cria e recria, a cada nova brincadeira, o mundo que a cerca. O brincar é uma forma de linguagem que a criança usa para compreender e interagir consigo, com o outro, com o mundo (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 104).

Nessa perspectiva, as autoras propõem ao adulto que observe o brincar infantil desde o berço, pois o bebê primeiramente brinca com seu corpo e conforme vai crescendo, necessita de novos meios/instrumentos para brincar, isso ocorre quando a brincadeira assume a dimensão socializadora. À medida que a criança vai se desenvolvendo, participa de brincadeiras comuns às crianças e jovens de sua faixa etária, ela passa a se autoconhecer e aos outros, aprendendo a conviver em grupo.

À medida que a criança cresce, as brincadeiras vão tomando uma dimensão mais socializadora, em que os participantes se encontram, têm uma atividade comum a aprender a coexistência com tudo que lhes possibilita aprender, como o lidar com o respeito mútuo, partilhar brinquedos, dividir tarefas e tudo aquilo que implica uma vida coletiva (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 105).

Portanto, brincar é muito importante para o desenvolvimento motor, intelectual, moral, social, cognitivo e para resgatar a cultura. A criança brinca para conhecer a si mesma e aos outros através de suas relações de interação, para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura; para desenvolver a linguagem e a narrativa; para trabalhar o imaginário; para conhecer os eventos e fenômenos que ocorrem à sua volta.

É claro que, o uso de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos, do ponto de vista pedagógico, necessita da percepção do contexto em que se encontram inseridos. É preciso que o professor identifique a matriz simbólica anterior do objeto, para entender melhor as necessidades e dificuldades mais imediatas de seus alunos.

2.1 Jogos e brincadeiras

Em se tratando de um estudo que busca identificar a relevância da utilização dos jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem infantil, é necessário observar as conceituações sobre os termos que serão trabalhados.

Na teoria que embasa o brincar, há muita confusão sobre o significado das palavras brinquedo, brincadeira e jogo. No entanto, no senso comum o brinquedo é usado para objetos como boneca, carrinhos, bolas, e estimula a representação e a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade.

Acredita-se que o objetivo do brinquedo é dar a criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los. Já a brincadeira leva à ideia de ação e movimento envolvendo os tradicionais esconde-esconde, ciranda, casinha e outros e traz vantagens para o desenvolvimento da criança nos níveis sociais, cognitivos, afetivo e psicomotor, propiciando a interação de diferentes crianças. O jogo é uma atividade competitiva, com regras e procedimentos, como nos jogos de tabuleiro ou de quadra e uma atividade lúdica em: situação lúdica e atitude lúdica, isto é, jogo e jogador.

Segundo Kishimoto (1993), pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, crianças, animais ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar estórias, brincar de mamãe e filhinha, futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia e uma infinidade de outros. Tais jogos, embora recebam a mesma denominação, têm suas especificidades. Por exemplo, no jogo de xadrez, há regras padronizadas permitem a movimentação das peças.

O lúdico, segundo Feijó (1992), vai além desse conceito, sendo considerado uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana, e que "caracteriza-se por ser espontâneo, funcional e satisfatório, onde nem todo lúdico é esporte, mas todo esporte deve ser integrado no lúdico" (p. 61).

De acordo com Pinto (1997, p. 315), "o aspecto lúdico está adquirindo um caráter extremamente passivo", o autor reforça a importância do fazer para viver, educar-se em lugar de torcer, sugerindo a utilização da atividade motora que caracteriza a infância: os jogos. Sugerindo, por exemplo, que num jogo de amarelinha pode-se desenvolver na criança: orientação espacial, noção matemática dos números, a coordenação motora através de saltos combinados, fazer com que

aprenda a cooperar na brincadeira, esperando a vez do colega e aguardando a sua vez, tudo isso se consegue se houver atenção ao jogo e a seus objetivos.

Essa seria uma forma de educar por meio do brincar, uma vez que a amarelinha é um jogo tradicional de rua, que as crianças brincam no asfalto e pulam aleatoriamente, independente de um adulto estar dirigindo o jogo.

Kishimoto (1993) acredita que o jogo pode ter duas funções quando utilizado como elemento pedagógico na educação, uma que proporciona a diversão, o prazer e até mesmo o desprazer, quando escolhido voluntariamente, e uma função educativa, onde o jogo serve para complementar o conhecimento. Isso caracteriza o jogo educativo. Segundo a autora, por meio do brincar, permite-se o aprendizado nos diferentes domínios vivenciado em situações com baixo nível de risco, estimulando uma diversidade de experiências de forma protegida.

Segundo a mesma autora, nos escritos de Horácio e Quintiliano já aparecem a utilização de biscoitos em forma de letras para facilitar a alfabetização. Mas, segundo ela, o cristianismo trouxe uma ideia pedagógica de repressão e controle, que empobreceram os ideais lúdicos, que retornaram no Renascimento, quando se expandiu o jogo educativo.

Em tempos atuais, os estudiosos do assunto tentam equilibrar os dois paradoxos envolvidos, jogo e educação. Os jogos existem em si mesmos, o que determina que haja o respeito aos mesmos, o que não se pode é deixar que ele tire o caráter formativo, por isso deve-se tomar todas as precauções no seu emprego para fins pedagógicos.

Assim, distingue-se o jogo simbólico que é a representação corporal do imaginário, e apesar de nele predominar a fantasia, a atividade psicomotora exercida acaba por prender a criança à realidade. Na sua imaginação ela pode modificar sua vontade, usando o faz de conta, mas quando expressa corporalmente as atividades, ela precisa respeitar a realidade concreta e as relações do mundo real. Por essa via, quando a criança estiver mais velha, é possível estimular a diminuição da atividade centrada em si própria, para que ela vá adquirindo uma socialização crescente.

A criança leva muito a sério sua brincadeira, no sentido de que os trabalhos de reflexão e de criação são elementos constantes no ato de brincar. No entanto, com as pressões do cotidiano, com a consideração do jogo contrário ao trabalho, com a visão de que a escola é um espaço de trabalho e que brincar é uma perda de tempo, a criança parece estar perdendo seu espaço de brincar, tanto interna quanto

externamente, além de ver entregue a julgamentos de mérito o próprio ato de brincar.

Rosamilha (1979) enfatiza a importância da qualificação o ambiente escolar. Para um bom equilíbrio, deve existir, segundo ele, um ambiente alegre e descontraído associado ao processo educacional, e até mesmo mudar o papel social dos educadores, que não aceitam a liberdade de expressão como elemento natural para eles próprios.

Desse modo, é de suma importância a presença da brincadeira, das atividades lúdicas, que servem para alterar o crescimento, na educação, pois, nelas as crianças arriscam-se e ousam experimentar outras coisas com prazer, adquirindo maior autoconfiança, maior estimulação para tentar de novo e, principalmente, maior prazer e alegria. Tornam-se assim, pessoas novas, construindo uma nova visão de mundo.

Os jogos e as brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento da criança na educação infantil, onde o educador pode desenvolver os sentidos intelectuais da criança através das atividades lúdicas, utilizando-as como um instrumento pedagógico; para isso é necessário ter prazer no que se faz tanto para o educador, quanto para a criança; para que isso seja refletido na construção do conhecimento, que se dará de forma concreta e reflexiva.

2.2 Aprendizagem

A aprendizagem, na visão de Bock, Furtado e Teixeira (2001), decorre de um processo que envolve modificações contínuas de comportamento decorrentes das diversas experiências vivenciadas pelo ser humano, ou seja, a cada novo desafio, o indivíduo busca adaptar-se a partir da utilização das habilidades e potencialidades que possui. Enfim, a aprendizagem é um processo complexo que envolve aspectos distintos do ser humano e que atuam de forma conjunta.

O ser humano está em constante processo de aprendizagem desde o seu nascimento. Em todas as fases da vida há novos aprendizados, que se dão na interatividade com seus semelhantes e com o meio em que vive.

De acordo com a psicologia, as teorias da aprendizagem compõem duas categorias: as teorias do condicionamento e as teorias cognitivistas. Destas categorias, as teorias do condicionamento, consideram aprendizagem, a mudança

de comportamento decorrente das condições ambientais, ou seja, a aprendizagem é o elo de ligação existente entre o estímulo e a resposta. Já as teorias cognitivistas, definem a aprendizagem como um processo que envolve a relação do indivíduo com o mundo externo que, conseqüentemente, promove alterações no plano de organização interna do conhecimento (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2001, p. 150).

Bock, Furtado e Teixeira (2001) apontam algumas controvérsias entre as duas categorias, destacando que para os teóricos do condicionamento, a aprendizagem acontece durante a prática, enquanto os cognitivistas consideram que a aprendizagem acontece a partir da abstração da própria experiência.

Outra controvérsia entre os teóricos refere-se à manutenção do comportamento aprendido, enquanto os teóricos do condicionamento defendem a ideia de que uma sequência de respostas solidifica o aprendizado, os cognitivistas apontam que a manutenção de um comportamento se dá por meio de processos cerebrais centrais.

Há, ainda, uma terceira controvérsia, que segundo os autores, diz respeito à maneira como o indivíduo soluciona cada situação-problema com a qual se depara. Neste ponto, os teóricos do condicionamento, afirmam que para cada nova situação-problema, o indivíduo recorre a experiências anteriores, enquanto os cognitivistas acreditam que o método de apresentação do problema permite uma estrutura perceptual que leva à compreensão interna das relações essenciais do caso em questão.

2.3 Educação Infantil

Neste tópico se busca provocar uma reflexão a respeito da concepção de Educação Infantil, considerando a estreita relação entre a Infância e Educação Infantil e as concepções de cada movimento da história da humanidade, destaca-se são vários estudos, artigos, textos produzidos sobre a história da Educação Infantil e da infância, o que leva a um passeio nessa história para compreender alguns aspectos do objeto de estudo desta pesquisa.

A inserção da mulher no mercado de trabalho acredita-se, ter sido um dos principais motivos que desencadearam a ampliação da oferta da Educação Infantil,

uma vez que as trabalhadoras necessitavam de um local para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam.

Os elementos da história da Educação Infantil precisam ser conhecidos, entendidos e analisados para que se possa exercer a função de professor atuante na educação de crianças de 0 a 5 anos.

Segundo La Taille (1990), a criança era considerada na Idade Média, até o século XVII, como adulto em miniatura, que executava as mesmas atividades dos mais velhos. As mesmas possuíam pequena expectativa de vida por causa das precárias formas de vida. A infância tinha curta duração. O importante era a criança crescer rápido para entrar na vida adulta.

Foi no início do século XVII que surgiram as primeiras preocupações com a educação das crianças pequenas. Essas preocupações foram resultantes do reconhecimento e valorização que elas passaram a ter no meio em que viviam. Mudanças significativas ocorreram nas atitudes das famílias em relação às crianças que, inicialmente, eram educadas a partir de aprendizagens adquiridas junto aos adultos e, aos sete anos, a responsabilidade pela sua educação era atribuída a outra família que não a sua (ALMEIDA, 2006, p. 1-2).

A partir dos sete anos, a criança era colocada em outra família para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, através de aquisição de conhecimentos e experiências práticas. Essa ida para outra casa fazia com que a criança saísse do controle da família genitora, não possibilitando a criação do sentimento/vínculo entre pais e filhos. Nessa fase, já começava a frequentar os mesmos ambientes dos adultos e até mesmo orgias. Não existia traje especial para diferenciar adulto de criança. Havia os trajes que diferenciavam as classes sociais.

A criança dessa época era considerada diferente do adulto apenas porque sabia menos coisas que ele, e não como um ser que pensa e vê o mundo de uma maneira singular. Tal concepção da infância começou a mudar a partir do século XVII quando filósofos, dentre eles destacam-se Rousseau, começaram a apontar a existência de um mundo próprio da criança, diferente do mundo do adulto. A sociedade começou a perceber que aqueles pequeninos seres tinham um jeito de pensar, ver e sentir com características próprias. Tal fato refletiu-se na pintura, na qual, a partir desse período, já demonstraram diferentes proporções entre o corpo da criança e o corpo do adulto.

A igreja teve um papel importante na alfabetização e, em virtude das disputas religiosas entre católicos e protestantes, os dois lados se esforçaram para garantir

os seus fiéis tivessem um mínimo de domínio da leitura e da escrita. Tanto os protestantes quanto os católicos se esforçavam para que seus fiéis tivessem esse domínio, porque com a implantação da sociedade industrial passaram a ter novas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 14).

Na sociedade burguesa da Idade Moderna, a criança passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a vida adulta. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação de formas de organização da sociedade. Essa missão é incumbida aos colégios, muitos leigos, abrindo portas para os nobres, burgueses e classes populares. O ensino é, primeiramente, para os meninos (meninas, só a partir do século XVIII).

As instituições destinadas à Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos tiveram início no continente europeu no final do século XVIII. Estas foram criadas para atender às crianças pobres, cujas mães exerciam um ofício e eram exclusivamente educacionais.

Desse modo, essa história foi marcada, em grande parte, por ações que tinham como prioridade a guarda das crianças. Em geral, a Educação Infantil, e em particular as creches, destinavam-se ao atendimento de crianças pobres, nas quais os serviços prestados, seja pelo poder público, sejam por entidades religiosas e filantrópicas, não eram consideradas um direito das crianças e de suas famílias, mas sim, uma doação que se fazia sem grandes investimentos.

A educação da criança de 4 a 6 anos insere-se nas ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1975, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar. Na área da Assistência Social do Governo Federal outro órgão também se incumbia do atendimento ao “pré-escolar” por meio de programa específico de convênio direto com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que atendiam crianças de 0 a 6 anos das camadas mais pobres da população. O Programa, que previa o auxílio financeiro e algum apoio técnico, foi desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) do então Ministério da Previdência e Assistência Social, desde 1977. A LBA foi extinta em 1995, prevalecendo, no entanto, programa e dotação orçamentária para creche no âmbito da assistência social federal (BRASIL, 2006, p. 07).

Nesse longo percurso da história de atendimento à infância, pesquisas e práticas tentam afirmar a importância de se promover uma educação de qualidade para todos, o que envolve o ambiente construído. A Constituição Federal do Brasil de 1988 representou um grande avanço ao estabelecer como dever do Estado, em

parceria com os municípios, garantir a Educação Infantil, com acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas.

Essa conquista da sociedade significou uma mudança de concepção. A Educação Infantil deixava de se construir em caridade para se transformar numa grande rede de ensino, ainda que apenas legalmente, em obrigação do Estado e direito da criança.

A oferta da Educação Infantil no Brasil aconteceu bem depois do que existia na Europa, e as primeiras instituições foram destinadas as crianças pobres e abandonadas. A concepção e as práticas deste momento eram principalmente de proteger as crianças das doenças, com instituições hospitalares criadas e defendidas quase sempre por alguém da área médica.

E em segundo momento, a concepção passou para a assistência social, para alguém que deveria ter um lugar para ficar, tanto as pobres como os filhos de trabalhadores, sendo assim, as instituições foram classificadas como depósito. As propostas que vão ter importância nas políticas educacionais adotadas, fundamentaram-se em programas de educação compensatória, baseada na teoria da privatização cultural.

Em 1924, o Estado publicou o Decreto nº 3.708, que aprovou o regimento interno das escolas maternais nas fábricas, trazendo, concomitantemente, vantagens para os patrões e os trabalhadores, quais sejam: a fixação do operário na fábrica e a possibilidade de as mães trabalharem com eficiência e, ainda, o amparo às crianças durante as horas de trabalho dos pais. Essa foi, portanto, uma das primeiras iniciativas do Estado em relação à responsabilidade pelo cuidado da criança (ESPÍNDOLA, 2006, p. 110).

Neste sentido, as propostas para a criança de 0 a 3 anos, antes de 1930, apresentam três características básicas: a preocupação com o índice de mortalidade infantil; legislação abordando a criança abandonada e o atendimento dos filhos dos trabalhadores domésticos como também para as crianças advindas da roda dos expostos¹.

Oliveira (2005, p. 91) identifica o surgimento da Educação Infantil no Brasil como quase inexistente até meados do século XIX.

¹ O nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm Acesso em: 25/05/2015

No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio, social, eram recolhidos nas "rodas de expostos" existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII.

Foi neste contexto, que teve início no Brasil a Educação Infantil, prestando serviços majoritariamente assistenciais a crianças pequenas em creches, asilos e instituições de atendimento infantil. Mesmo já em pleno século XX, os objetivos da Educação Infantil para crianças pobres e da elite eram diversos: o objetivo da educação oferecida às crianças pobres é assistencial e às crianças ricas, educacional.

[...] enquanto os filhos das camadas médias e dominantes eram vistos como dignos de um atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, às crianças mais pobres era proposto um cuidado mais voltado para a satisfação de necessidades de guarda, higiene e alimentação (OLIVEIRA et. al., 1992, p. 17).

Ou seja, a educação proposta para as classes populares tinham como objetivo o assistencialismo ao contrário daquela oferecida aos filhos das classes mais abastadas que tinham o direito ao estímulo de seu desenvolvimento integral.

Nos anos 80, começaram a emergir movimentos operários e feministas, reivindicando a melhoria e a ampliação do atendimento educacional. Porém, nessa época, entendia-se que a creche era um direito da mulher que trabalhava, não possuindo, ainda um papel educacional.

Posteriormente, com a crescente inserção da mulher, inclusive da classe média e alta no mercado de trabalho, cresceu a procura por creches por parte de todas as classes sociais, sendo estas de caráter educativo e não mais tão-somente assistencial.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), consideram que a Educação Infantil faz parte da Educação Básica, da mesma forma que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, devendo atender crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas.

Portanto, hoje a Educação Infantil não é vista como assistência social, mas como uma etapa da Educação Básica, considerando que a creche e a pré-escola integram as funções de cuidar e educar as crianças ao mesmo tempo.

Para Winnicott (1982, p. 214):

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que, nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância, será possivelmente considerada, de modo mais correto, uma ampliação da família 'para cima', em vez de uma extensão 'para baixo' da escola primária.

A Constituição de 1988 dá à criança o direito de ser educada publicamente, ou seja, ela passa a ter o direito à instituição pública, e tem seus direitos adquiridos desde o momento de seu nascimento, porém, diferentemente do direito à educação familiar e social que adquire com os parentes e amigos. Nesse sentido, a criança passar a ter, a partir desse momento histórico, o direito a garantias fundamentais para o seu desenvolvimento integral, enquanto cidadã em processo de formação.

Assim, essa constituição determinou que a criança é uma pessoa que dispõe de direitos assim como qualquer outra, passando a ser reconhecida como cidadã que está em desenvolvimento e que necessita de atenção.

Nessa perspectiva, logicamente é assegurada à criança uma Educação Infantil com maiores cuidados, que garante a qualidade para o desenvolvimento da formação pessoal e afetiva. Nesse momento, também, passa a constar nos documentos da constituição as creches e escolas, especificamente no capítulo que se refere à educação, que apresentam um papel primordial no seu desenvolvimento.

A Educação Infantil por ter surgido da necessidade das mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, possui um papel social na educação de crianças de 0 a 06 anos de idade. Entretanto, não pode ser considerada a substituta das mães, isso acarreta uma confusão acerca da Educação Infantil. Enfim, considera-se que a Educação Infantil não se restringe ao aspecto afetivo e social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o direito à Educação Infantil, assim como a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN nº. 9.394/96), que a coloca como primeira etapa da Educação Básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, ou seja, devem desenvolver-se nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, sendo que as instituições educativas irão complementar a ação da família e da comunidade.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), a Educação Infantil passou a ser dividida assim: creche –

para crianças até 3 anos – e pré-escola de 4 a 6 anos². Essa divisão foi alterada em maio de dois mil e seis, com a Lei Federal nº. 11.114, que define que as crianças com 6 anos completos até dia 30 de março, devem ser matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Dessa forma a Educação Infantil passou a atender crianças até 6 anos de idade que completados após o dia 30 de março do ano letivo. Assim, os artigos 6, 30, 32 e 87 da LDB de 1996 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6 – é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches ou equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante [...]

Art. 87 – Inciso 2º - O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de seis anos, a quatorze anos de idade e de 15 a 16 anos de idade.

Inciso 3º - Matricular todos os educandos a partir de seis anos no ensino fundamental (BRASIL, 1996, p.11, 26, 58).

A LDBEN é uma lei de grande importância no cenário educacional brasileiro, pois promoveu um avanço no campo da Educação Infantil, sendo reconhecida como a primeira etapa para a Educação Básica. Porém, apesar dessa valorização conquistada até o momento, é visível a percepção de que os gestores municipais não a valorizam com tamanha ênfase.

De acordo com o Ministério da Educação, a ampliação de Ensino Fundamental obrigatório para nove anos, a partir dos seis anos de idade, é uma política afirmativa que requer de todas as instituições educativas e de todos os professores o compromisso com a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico para o Ensino Fundamental, bem como o redimensionamento da Educação Infantil.

Na última década muitos foram os avanços registrados nas leis e na implementação de políticas para a Educação Infantil, mas ainda há muito por se fazer pelas crianças pequenas, principalmente no que diz respeito ao oferecimento de creches e pré-escolas que respeitem e atendam às suas necessidades. Propostas estas que devem oferecer condições às crianças de se desenvolverem adequadamente, mediante uma educação de qualidade.

² A nova legislação educacional prevê a educação infantil até 5 (cinco) anos.

No ano de 1998, o Ministério da Educação (MEC) lançou o documento intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade que promovam o suporte necessário para a conquista da cidadania pela criança. Esse documento visa subsidiar a prática do profissional da educação infantil e apoiar os sistemas de ensino dos municípios e estados no que se refere à implementação dessa política.

De acordo com esse documento, as crianças terão desenvolvimento adequado se a instituição proporcionar segurança, tranquilidade, informações e aprendizagem significativas. Desse modo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) para a Educação Infantil apresenta princípios essenciais para o exercício da cidadania plena pela criança:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças.
- O direito das crianças ao brincar, como forma de particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis.
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação.
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da sua identidade (BRASIL, 1998, p. 13).

Nessa perspectiva, a qualidade das experiências oferecidas às crianças, nas instituições de Educação Infantil, segundo os RCNEIs, devem estar embasadas nesses princípios, sendo que as atividades devem ser oferecidas não só por meio das brincadeiras, mas por situações pedagógicas orientadas.

O Referencial Curricular de Educação Infantil traz como eixo do trabalho pedagógico,

[...] o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. Desta forma, o desafio é a 'inclusão da diferença', significando garantir o atendimento às necessidades básicas, de desenvolvimento intelectual, físico e sócio afetivo, garantindo a vantagem na construção do conhecimento, diante dos procedimentos didáticos e estratégias metodológicas corretas, às necessidades de todas as crianças (BRASIL, 1998, p. 13).

Esse documento, portanto, foi criado com a intenção de oferecer subsídios às instituições e professores, tendo como objetivo um redirecionamento do trabalho pedagógico para uma melhoria da qualidade de ensino. Assim, tem a característica

de orientar o professor no seu planejamento, criando dinâmicas e processos educativos que viabilizem o desenvolvimento da criança, contanto que sigam as intenções educativas pré-estabelecidas pelas leis.

Desse modo, ao se tratar da pedagogia para Educação Infantil percebe-se que esta enfatiza o direito de ser criança, podendo brincar, viver experiências de forma lúdica e o direito de ir à escola e aprender de forma mais sistematizada. Portanto, destaca-se que este caminho busca a superação de uma antiga visão assistencialista existente nas instituições de Educação Infantil.

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas. Assim busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos (BRASIL, 2009, p. 7).

Quanto à organização do trabalho pedagógico, na Educação Infantil, entende-se que o princípio básico é proporcionar às crianças o desenvolvimento da autonomia. É dar a ela a capacidade de criar suas regras e entendimentos para que em convivência com outras pessoas, seja capaz de negociar sua convivência com crianças ou adultos.

É evidente que esse comportamento não é importante somente na idade, compreendida entre 0 a 05 anos, e sim pela vida toda, mas a base, o fundamento dessa lógica se processa na Educação Infantil. A autonomia não se desenvolve na Educação Infantil tradicional, mas sim a heteronomia, que deixa a criança dependente das regras criadas pelos adultos. Sendo que nesse modelo pedagógico a criança fica a esperar a ordem do adulto, observando o que se passa ao redor, mas sem tomar iniciativa.

Ao se buscar o desenvolvimento integral e a construção da autonomia infantil, é imprescindível que se deixe de lado esse pedagógico que limita tal desenvolvimento. Entretanto, ao se trabalhar a autonomia, deve-se adotar um modelo pedagógico onde se concede à criança, liberdade de escolha, oportunidade para vivenciar experiências, tomar decisões e fazer suas descobertas.

Isto não quer dizer que o adulto deve ser um espectador do que está acontecendo, ele deve sim, organizar e criar um ambiente saudável para que a

criança tenha a autonomia, mas com organização e lógica. O adulto deve organizar seu trabalho pedagógico dando a criança oportunidades de vivenciar experiências ao mesmo tempo em que participa de maneira ativa do processo de descobrimento e organização de ideias.

Cabe ao professor pesquisar e conhecer como se processa o desenvolvimento infantil e organizar as ideias e atividades que propiciam à criança a chance de conhecer situações diversas pra soluções diversas.

A ideia de que a creche era um local em que as crianças ficavam apenas para serem cuidadas aos poucos vai dando lugar a uma nova concepção. Hoje, mesmo os pais que têm tempo e condições financeiras de manter a criança em casa optam por enviá-la para uma instituição infantil desde cedo, por acreditar que é um espaço privilegiado de desenvolvimento e socialização.

É preciso reorganizar o espaço, os materiais e o tempo na Educação Infantil. O espaço físico da instituição infantil deve ser acolhedor, aconchegante e seguro e, ao mesmo tempo, promover a aprendizagem adequada à faixa etária. O tempo deve ser flexível, respeitando os ritmos individuais das crianças e de cada fase, considerando as características e as necessidades dos diversos momentos de formação das crianças.

Portanto, destaca-se que o oferecimento da Educação Infantil precisa ser muito bem qualificada, pois as Instituições voltadas para o atendimento às crianças de zero a cinco anos são necessárias e indispensáveis na sociedade.

Atualmente, tendo a mulher conquistado seu espaço no mercado de trabalho, inclusive da classe média e alta, cresceu a procura por creches e escolinhas por todas as classes sociais, sendo estas de caráter educativo e não mais tão-somente assistencial.

A Educação Infantil deixou, portanto, de ser vista como assistência social passando a ser uma etapa da educação básica, considerando que a creche e a pré-escola integram as funções de cuidar e educar permeada pelo brincar. Nessa nova visão e nova prática, há uma relação indissociável entre atividades assistenciais e atividades educativas.

3. CAMINHO, ANÁLISE QUALITATIVA E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 Metodologia

O estudo foi realizado primeiramente com pesquisa bibliográfica, esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2009), tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos. A sua utilização neste estudo relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

No segundo momento foi realizado um estudo de caso, que de acordo com Lüdke e André (2003) os estudos de caso visam a descoberta, enfatizam a interpretação em contexto, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usam uma variedade de fontes de informação, procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social e, ainda, utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, segundo (Lüdke; André, 2003, p. 11) “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Decidiu-se por esse design metodológico uma vez que a pesquisadora tem contato direto com os sujeitos e ambiente na qual a pesquisa foi realizada.

Para as autoras quando se trata de estudar algo único e singular, com valor em si próprio, deve-se optar pelo estudo de caso, que visa a descoberta, enfatiza a interpretação de texto que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, utilizando uma linguagem mais acessível.

A pesquisa bibliográfica subsidiou as reflexões acerca da importância do lúdico na Educação Infantil e posteriormente realizou-se a pesquisa de campo, na qual utilizou-se um questionário com 6 (seis) questões referentes ao brincar, respondido por 3 (três) professores, com o objetivo de confrontar a teoria pesquisada com a realidade que se encontra no Centro de Educação Infantil. As observações foram realizadas nos momentos em que o brincar fez parte do

cotidiano da instituição e aconteceram durante o mês de junho. As observações foram registradas em forma de diário em todos os momentos em que as crianças estiveram envolvidas em atividades lúdicas.

3.2 Análise e discussão dos dados

Verificou-se pelas observações realizadas que o brincar é um facilitador do desenvolvimento infantil, sendo assim, é uma atividade pedagógica indispensável diante da necessidade de estimulação das crianças e criação de novas e variadas situações e oportunidades de exploração do meio ambiente. Sob essa perspectiva, vale destacar a valorização do brincar em todas as atividades propostas às crianças, como estratégia metodológica para o desenvolvimento infantil.

A brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre os pares em uma situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos (WAJSKOP, 2005, p. 35).

O brincar aparece no cotidiano das turmas observadas na hora da rodinha, na roda de música, na hora da massinha, em atividades fora de sala, intercalado com as atividades escritas. Observou-se na hora da rodinha que as crianças já começam a ter noções de organização, pois nesse momento organizam-se em círculo para cantarem ou ouvirem histórias. Inicialmente estavam um pouco tímidas, passado alguns minutos já estavam totalmente envolvidas, cantando. Em outro momento, algumas se dispunham a contar histórias para os colegas e em sua maioria representavam até os gestos que a professora havia feito quando lhes contara a história outras vezes.

A atividade com massa de modelar é realizada nas mesinhas da sala, em que as crianças sentam em grupos de 4 (quatro) participantes. Nesse momento, elas representam tudo aquilo que está sendo significativo para ela no momento. Algumas tentam representar carros, animais, pessoas e, principalmente, brinquedos.

Através do brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o outro. Ela cria e recria, a cada nova brincadeira, o mundo que a cerca. O brincar é uma forma de linguagem que a criança usa para compreender e interagir consigo, com o outro, com o mundo (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 104).

Diante disso, deve-se ressaltar a importância de que as atividades lúdicas sejam feitas em todos os momentos, pois como se retratou nos capítulos anteriores, a criança contextualiza-se mais quando há ludicidade.

Sendo assim, o lúdico pode ser utilizado no contexto escolar sem ser banalizado levando-se em consideração que o ambiente escolar deve favorecer a aquisição de novos conhecimentos proporcionando à criança um desenvolvimento integral.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm de imitação de alguém ou de algo conhecido de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas encontram-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que as crianças estabelecem os diferentes vínculos entre características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disso e generalizando para outras situações (BRASIL, vol. 1, p. 27).

As atividades mais utilizadas nesse período de observação foram modelagem enquanto canta-se, pintura após história com fantoche, atividades dirigidas, músicas e movimentos corporais, jogos de encaixe e momentos de brincadeiras livres no solário, no pátio e no parque. Nesses momentos as crianças brincam de faz-de-conta e com os brinquedos disponíveis. Alguns preferem brincar sozinhos, enquanto outros brincam em pequenos grupos.

Em se tratando de jogos musicais, os Referenciais indicam:

Jogos de escuta dos sons do ambiente, de brinquedos, de objetos ou instrumentos musicais; jogos de imitação de sons vocais, gestos e sons corporais; jogos de adivinhação nos quais é necessário reconhecer um trecho de canção, de música conhecida, de timbres de instrumentos etc.; jogos de direção sonora para percepção da direção de uma fonte sonora; e jogos de memória, de improvisação etc. são algumas sugestões que garantem às crianças os benefícios e alegrias que a atividade lúdica proporciona e que, ao mesmo tempo, desenvolvem habilidades, atitudes e conceitos referentes à linguagem musical (BRASIL, 1998, vol. 3, p. 70).

O comportamento das crianças durante esses momentos de brincadeira demonstram que o lúdico é um importante meio que favorece à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, capaz de estimular na criança a curiosidade, a observação, a intuição, a afetividade, facilitando seu desenvolvimento

pela experiência, considerando a importância de se trabalhar as atividades na Educação Infantil de forma lúdica, planejando-se atividades que envolvam brincadeiras, jogos, músicas, expressão corporal e oral.

A criança é, antes de tudo, um ser feito para brincar. O jogo, eis aí um artifício que a natureza encontrou para levar a criança a empregar uma atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental. Usemos um pouco mais esse artifício, coloquemos o ensino mais ao nível da criança, fazendo de seus instintos naturais aliados e não inimigos (ROSAMILHA, 1979, p. 77).

Vale lembrar que é de suma importância haver por partes dos professores o planejamento diário das atividades e, tão importante quanto o planejamento é conhecer as fases do desenvolvimento das crianças para poder planejar de forma eficaz e consciente.

Por isso, segundo Kishimoto (2005, p. 54), “é preciso resgatar o direito da criança a uma educação que respeite seu processo de construção do pensamento, que lhe permita desenvolver-se nas linguagens expressivas do jogo, do desenho e da música”.

Pode-se afirmar, após as observações realizadas que o brincar facilita e enriquece o desenvolvimento infantil, proporcionando desafio e motivação, enriquecendo o mundo interior da criança podendo participar cada vez mais do mundo que a cerca, aprendendo a viver junto.

À medida que a criança cresce, as brincadeiras vão tomando uma dimensão mais socializadora, em que os participantes se encontram, têm uma atividade comum a aprendem a coexistência com tudo que lhes possibilita aprender, como o lidar com o respeito mútuo, partilhar brinquedos, dividir tarefas e tudo aquilo que implica uma vida coletiva (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 105).

Assim, durante as brincadeiras as crianças são levadas a superar desafios, desenvolverem a memória, a atenção, a observação, o raciocínio, a criatividade e ainda, tais momentos favorecem a desinibição, além de tornar a linguagem mais rica através da aquisição de novas formas de expressão.

Notou-se que o brincar, a brincadeira traduz o real para a realidade infantil, suavizando o impacto provocado pelo tamanho e pela força dos adultos, diminuindo o sentimento de impotência da criança.

Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem, surge a dimensão educativa. Desde que mantidas as condições para a expressão do jogo, ou seja, a ação intencional da criança para brincar, o educador está potencializando as situações de aprendizagem. Utilizar o jogo na Educação Infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora (KISHIMOTO, 2005, p. 36-37).

Desta forma, entende-se que o jogo é utilizado no contexto escolar sem, contudo, se transformar apenas em diversão e sem esquecer que o objetivo da escola é transmitir conhecimento e proporcionar à criança um desenvolvimento integral.

[...] o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. Desta forma, o desafio é a 'inclusão da diferença', significando garantir o atendimento às necessidades básicas, de desenvolvimento intelectual, físico e sócio afetivo, garantindo a vantagem na construção do conhecimento, diante dos procedimentos didáticos e estratégias metodológicas corretas, às necessidades de todas as crianças (BRASIL, 1998, p. 13).

Os momentos em que o brincar se fez presente, possibilitou a compreensão de que nas situações de brincadeira as crianças podem encontrar desafios levantando questões sobre seu comportamento diário, na tentativa de compreender os problemas que lhe são postos pelas pessoas e pela realidade com a qual interagem, encontrando prazer e alegria no processo de aprendizagem. Portanto, o brincar é um meio privilegiado de expressão e de aprendizagem infantil. Pela brincadeira, a criança fala, pensa, sente o mundo, as coisas, e constrói as relações.

Considerando-se que a visão dos professores que atuam junto às crianças da Educação infantil sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil é relevante para que o trabalho sob a perspectiva da ludicidade seja efetivo e favoreça o processo de aprendizagem, procurou-se por meio de questionários com quatro questões, aplicados a 3 (três) professores, saber qual é a opinião dos mesmos a respeito da importância do brincar na Educação Infantil.

A primeira questão procurou saber, na opinião dos professores, se estes consideram importante a prática do lúdico na Educação Infantil.³

³ Grifo da pesquisadora

A professora A ressaltou que “com a brincadeira, o bebê é estimulado de modo a desenvolver a coordenação, o equilíbrio, a visão, uma vez que os olhos devem acompanhar os movimentos da professora, as mãos devem movimentar-se de forma coordenada para apanhar e segurar objetos, e aqueles que já sentam comecem a engatinhar e, posteriormente, a andar”.

Nesse sentido, os Referenciais destacam que:

Cabe ao professor organizar situações de interação em que panos, fraldas ou anteparos como caixas e biombos possam ser utilizados para esconder o rosto ou o corpo todo da criança e do parceiro, num jogo de esconder e aparecer. Outras situações podem ser organizadas da mesma forma, para que as crianças lancem e resgatem, façam aparecer e desaparecer brinquedos e objetos. Isso as auxilia, pouco a pouco, a elaborarem a construção mental da imagem de um objeto ou pessoa ausente (BRASIL, 1998, vol. 2, p. 31).

A professora considera que o brincar traz vantagens para o desenvolvimento da criança nos níveis cognitivo, social, afetivo e psicomotor, pois quando brinca a criança se comporta além do seu comportamento diário e habitual. A brincadeira propicia também a interação entre diferentes crianças e quando levadas em conta o interesse e a diversidade existentes em sala de aula os resultados são bem mais satisfatórios no processo de aprendizagem.

Segundo a opinião da professora B, ao se valorizar o desenvolvimento integral do aluno, a partir de uma vivência corporal e lúdica, partindo das experiências que a criança tem com seu corpo, em busca de novas descobertas e conhecimentos, o aprendizado será bem mais significativo.

A professora C destacou a importância do brincar e considera que devido à idade das crianças o processo exige um planejamento diferenciado, pois as mesmas não conseguem prender a atenção a uma única atividade por muito tempo. A diversidade e a variedade de atividades a serem propostas devem prever um tempo curto de duração para cada uma, proporcionando à criança alegria em aprender.

O trabalho dentro da proposta lúdica favorece a criatividade e possibilita à criança uma visão mais crítica da realidade, dando-lhe a oportunidade de se expressar de forma criativa, uma vez que a remete a uma posição de espontaneidade. Quando o lúdico é valorizado gera novos valores, possibilidade de transformações, aventura, exploração e averiguação.

Admite-se que o brinquedo represente certas realidades. Uma representação é algo presente no lugar de algo. Representar é corresponder a alguma coisa e permitir sua evocação, mesmo em sua ausência. O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que, um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los (KISHIMOTO, 2005, p. 18).

É preciso que educadores integrem o lúdico ao processo de ensino e a aprendizagem, tornando o ambiente escolar mais prazeroso, estimulante e motivador. Ao propor atividades lúdicas, no planejamento docente, deve-se levar em consideração a realidade sociocultural das crianças, seu estágio de desenvolvimento e o processo de construção de conhecimentos. Portanto o jogo deve ter seu papel muito bem definido no planejamento, demonstrando os objetivos a serem alcançados.

A segunda questão buscou saber, no julgamento das professoras, quais atividades são capazes de contribuir na maturação da criança na Educação Infantil, solicitando-se que citassem exemplos.⁴

De acordo com a professora A, destaca que a brincadeira não deve acontecer ao acaso. Cabe ao professor se preparar para esse momento, buscando motivação para participar com mais frequência de brincadeiras que fazem parte do desenvolvimento intelectual e do imaginário da criança. Como suas crianças são ainda muito pequenas, a professora citou o brincar de esconder, de rolar, provocar ruídos fora do campo de visão para que a criança procure encontrar a origem do som.

Enquanto para a professora B as atividades lúdicas, utilizadas como metodologia de trabalho no processo de ensino aprendizagem, podem desenvolver várias habilidades e atitudes no processo educacional de crianças, citando como exemplos, o faz-de-conta, a corrida de obstáculos, caça ao tesouro, assim como, os jogos pedagógicos.

E na visão da professora C, a organização de espaços lúdicos nas escolas deve servir para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a diferentes brinquedos e brincadeiras, mas devem ultrapassar as fronteiras de espaços únicos para desenvolvimento de tais atividades. Citou a confecção de brinquedos com sucatas, jogos de acertar o alvo, faz-de-conta, bem como atividades lúdicas envolvendo contagem, reconhecimento do nome, identificação de cores, etc.

⁴ Grifo da pesquisadora

O brincar fornece a estrutura básica para as mudanças das necessidades e da consciência. O desenvolvimento da criança é determinado pela ação na esfera imaginativa, pela criação de intenções voluntárias, pela formação de planos da vida real e pelas motivações voluntárias.

Utilizar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora (KISHIMOTO, 2005, p. 36-37).

Portanto, ao utilizar os jogos e as brincadeiras nas aulas, o professor estará utilizando metodologias agradáveis e adequadas às crianças fazendo com que o aprendizado aconteça dentro do seu mundo, das coisas que lhes são importantes e naturais de se fazer, respeitando as características próprias das crianças, seus interesses e esquemas de raciocínio próprio. Ou seja, o jogo pode ser definido como uma forma de tratamento que resgata, prepara ou aprofunda, no presente, as condições para o trabalho escolar da criança, promovendo, igualmente, competências importantes para o seu trabalho profissional no futuro.

Na terceira questão, perguntou-se quais as dificuldades enfrentadas dentro de sala de aula para trabalhar com a ludicidade.⁵ Em resposta, a professora A disse que não enfrenta dificuldades, uma vez que o trabalho com bebês, a atividade lúdica deve permear todas as atividades, desde a troca de fraldas até o momento da alimentação.

A professora B relatou que nas atividades de faz-de-conta as dificuldades não são muitas, no entanto, em relação à disponibilidade de brinquedos, existe uma grande dificuldade, pois os brinquedos disponíveis estão velhos, danificados e não existe reposição dos mesmos.

Na concepção da professora C, ela tenta superar as dificuldades existentes confeccionando brinquedos de sucata e trabalhando com o dia do brinquedo, quando as crianças trazem um brinquedo de casa para brincarem na instituição.

Desse modo, entende-se que inserir o lúdico no processo educacional parece um desafio. Unir as atividades lúdicas ao contexto escolar da Educação Infantil pode significar uma oportunidade de rever o significado de educação, onde não é só o brincar pelo brincar, mas também o brincar para aprender.

⁵ Grifo da pesquisadora

De acordo com Maluf (2014) é possível verificar o que a criança faz e como organiza o seu fazer durante uma atividade lúdica e nesse contexto ela adquire novos conhecimentos desenvolvendo habilidades de forma natural e agradável, despertando seu interesse em aprender e garantindo o prazer.

A quarta questão refere-se à metodologia lúdica, quando se questiona a forma como essas brincadeiras são propostas, se são livres ou direcionadas.⁶

As professoras informaram que as crianças gostam de brincar livremente, de roda, de faz-de-conta, com brinquedos, enfim, de todo tipo de brincadeira. Os momentos de brincar oferecidos às turmas dividem-se em momentos de brincadeiras livres e direcionadas.

A diferenciação de papéis se faz presente, sobretudo no faz-de-conta, quando as crianças brincam como se fossem o pai, a mãe, o filhinho, o médico, o paciente, heróis e vilões etc., imitando e recriando personagens observados ou imaginados nas suas vivências. A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre o eu e sobre o outro (BRASIL, 1998, vol. 2, p. 22).

Diante das respostas das professoras entende-se que para planejar é preciso levar em conta o interesse e as necessidades das crianças, o tempo disponível as atividades de rotina, ou seja, devem-se considerar os alunos envolvidos no processo e os momentos que oportunizam o trabalho com as crianças.

A quinta questão refere-se ao tempo disponibilizado para as brincadeiras.⁷ Esse tempo, segundo as professoras, varia de acordo com o interesse das crianças. Em brincadeiras livres elas permanecem até 30 (trinta) minutos envolvidas e nas brincadeiras direcionadas o tempo é de 15 (quinze) a 20 minutos dependendo do que lhes é proposto .

Sendo assim, foi possível observar que os professores reconhecem a importância do lúdico para a aprendizagem e pode-se afirmar que se a criança é um ser feito para brincar, o jogo, a brincadeira é o recurso encontrado para envolvê-la numa atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental e o brincar em grupo estabelece ainda, regras de convivência, vínculos afetivos e sociais.

A instituição de educação infantil deve, portanto, oferecer espaço para o brincar, possibilitando a interação, valorizando a cultura lúdica, bem como o

⁶ Grifo da pesquisadora

⁷ Grifo da pesquisadora

desenvolvimento integral e aprendizagem significativa, através das oportunidades e descobertas que o brinquedo proporciona.

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não jogos. A de modo metafórico a forma lúdica (objeto suporte de brincadeira) para estimular a construção do conhecimento, o brinquedo educativo conquistou espaço definitivo na Educação Infantil (KISHIMOTO, 2005, p. 37-38).

Nessa perspectiva pode-se dizer que, enquanto brinca a criança desenvolve a curiosidade, a iniciativa, autoconfiança e pode vivenciar situações de aprendizagem que favoreçam a linguagem, a concentração, o pensamento e a atenção.

A sexta questão procurou saber de que forma as crianças brincam, se sozinhas na maior parte do tempo ou em grupos⁸ e de acordo com o que foi relatado pelas professoras, as crianças na maioria das vezes brincam em pequenos grupos, interagindo com os demais, ou seja, aprendendo a viver junto.

Assim, o trabalho a ser desenvolvido dentro da instituição de educação infantil deve aproveitar o gosto da criança pelo brinquedo, motivando-a e assim garantir que o aprendizado aconteça mais facilmente. As brincadeiras realizadas proporcionam momentos ricos em interação e aprendizagem, auxiliando professores e crianças no processo de ensino e aprendizagem. É no jogo que se cria, verifica, explora, levanta hipóteses e traça estratégias para a busca de soluções, confrontando os diversos pontos de vistas das crianças, dando-lhes momentos para fazer valer seu ponto de vista.

Percebe-se que na perspectiva das professoras que a brincadeira, o jogo, o lúdico é um aliado do professor em sua tarefa diária de ensinar e instruir suas crianças. Não se distinguindo muito o lúdico da Educação Infantil que está sempre caminhando junto, desta forma a educação destas crianças tem a sua função lúdica bem definida na sala de aula, não podendo ser esquecida ou colocada em segundo plano, mas sim, deve ser o carro-chefe da Educação Infantil.

Ao se falar em lúdico e no brincar não se está falando em algo superficial, mas de uma ação que a criança faz de forma autônoma e espontânea despertando

⁸ Grifo da pesquisadora

o desejo pela busca de conhecimento e tornando a aprendizagem prazerosa, na qual passa a gostar cada vez mais de aprender.

Portanto, o uso do lúdico na Educação infantil prevê, principalmente, a utilização de metodologias agradáveis e adequadas às crianças, que façam com que o aprendizado aconteça dentro do seu mundo, das coisas que lhe são importantes e naturais de se fazer, que respeitem as características próprias das crianças, seus interesses e esquemas de raciocínio próprio. E não há outras coisas que lhes interessem mais do que jogos e brincadeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando refletir sobre a importância do brincar e identificar aspectos relevantes para o desenvolvimento infantil concluiu-se que atualmente a Educação Infantil tem como papel primordial não só contribuir para a construção de novos conhecimentos e habilidades por parte da criança, mas também propiciar-lhes prazer em aprender; ao se retomarem os conceitos iniciais de que o aprendizado a partir de atividades prazerosas proporciona diversão e lazer na vida das crianças permitindo que elas explorem o mundo à sua volta de forma mais agradável.

Verificou-se pelo estudo bibliográfico e também pelas observações e entrevistas feitas com os professores que o professor que realiza o seu trabalho pedagógico na perspectiva lúdica e observa as crianças brincando, faz disso uma ocasião para refletir sobre sua proposta e definir novos rumos de trabalho, percebendo que o melhor jogo é aquele que dá espaço para a ação de quem brinca, além de instigar novas possibilidades. No entanto, não fica só na observação e na oferta de brincadeiras: intervém no brincar para estimular a atividade mental, social e psicomotora dos alunos com questionamentos e sugestões de encaminhamentos. Identifica situações lúdicas, estimulando-as, de modo a fazer a criança avançar do ponto em que está na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento integral.

Todas as professoras entrevistadas afirmaram que a brincadeira é importante para a educação, pois todas reconhecem que o brincar é parte integrante do dia-a-dia das crianças e delas como tutoras desses momentos no espaço escolar. Nesse contexto, concluiu-se que as brincadeiras ensinam e socializam, todavia, faz-se necessário o conhecimento da sua função e aplicabilidade e por isso é importante frisar o papel do professor na condução das atividades lúdicas que visam aos efeitos pedagógicos. Portanto, é preciso planejá-las adequadamente atendendo às expectativas e necessidades do seu grupo.

Enfim, as instituições devem desenvolver um trabalho baseado na pedagogia do relacionamento, do diálogo e na ética do encontro. Nessa perspectiva, a criança é valorizada como alguém que constrói conhecimentos e não alguém que será ensinado por outro que é portador do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. A. de. A. **História da Educação: O lugar da infância no contexto histórico-educacional.** Fascículo 1. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a cultura.** Campinas: Summus, 1984.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: [s.n], 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Vol 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: 2009

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Elise P. da Silva (Orgs.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

ESPÍNDOLA, Ana Lúcia. **História da Educação: Em três momentos da História do Brasil: Período Colonial, Período Imperial e Primeira República.** Cuiabá: EdUFMT, 2006.

FEIJÓ, Olavo. **Corpo e Movimento: Uma Psicologia para o Esporte.** Rio de Janeiro: Shape Ed., 1992.

FERRARI, Márcio. **Grandes pensadores.** Publicado em Especial Grandes Pensadores. Outubro/2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/teorico-incorporou-afeto-sala-aula-423096.shtml> Acesso em: Abril/2015.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Tradicionais Infantis**. São Paulo: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

LA TAILLE, Y. Transmissão e construção do conhecimento. In. São Paulo (Estado) Secretaria de Educação. Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas. **A Criança e o Conhecimento**: retomando a proposta do ciclo básico. São Paulo: SE/CENP, 1990.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2003.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atividades lúdicas para Educação Infantil**: conceitos, orientações e práticas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELLO, Alexandre M. **Psicomotricidade, Educação Física e jogos infantis**. São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, Z. M., (et al.) **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET. J. **O nascimento da inteligência na criança**. Trad. Álvaro Cabral e Oiticica, C.M. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIAGET. J. **A Epistemologia Genética**: sabedoria e ilusões da filosofia: problemas de psicologia genética. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINTO, J. Rizzo. **Corpo Movimento e Educação. o desafio da criança e adolescentes deficientes sociais**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. (org.). **Brinquedoteca**: O lúdico em diferentes contextos. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, Leontiev, Luria. - **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, Icone, 1988.

WALLON, Henri. **Psicologia**. Maria José Soraia Weber e Jaqueline Nadel Brulfert (org.). São Paulo: Ática, 1986.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Trad. Álvaro Cabral. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.